

### TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, por sua Promotora de Justiça signatária, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Abelardo Luz e **Município de Ouro Verde**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.913.031/0001-72, com sede na Rua João Maria Conrado, nº 425, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício **Adecio Valendorf Kosinski**, brasileiro, casado, nascido em 9/7/1968, portador do RG. 2.078.635 e CPF 674.814.509.00, e o Secretário Municipal de Assistência Social, **Givanildo dos Santos**, brasileiro, nascido em 18/05/1976, portador do RG nº 3.233.883 SSP/SC e inscrito no CPF nº 928.842.969-72, e na presença do assessor jurídico Gilberto Galeski, inscrito na OAB/SC nº 25.328, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS**, nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.0002712-6, e com fundamento no art. 5º, § 6º da Lei Federal n. 7.347/85, art. 25, alínea "a" da Lei Orgânica n. 8.625/93, no art. 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000 e nos termos do artigo 19 e seguintes do Ato nº 335/2015/PGJ, têm entre si justo e acertado o seguinte;

**CONSIDERANDO** as disposições constantes do art. 127, *caput*, da Constituição Federal, e do art. 4º, *caput*, da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que asseguram à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação, por parte da família, da sociedade e do Estado, dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

**CONSIDERANDO** que toda criança e adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, consistindo em dever da família, da sociedade e do Estado assegurar-lhes, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar e comunitária (artigo 227, *caput* da

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Abelardo Luz**

CRFB e artigos 4º, *caput* e 19, *caput* da Lei nº 8.069/90);

**CONSIDERANDO** que o programa de acolhimento familiar reveste-se de natureza provisória e excepcional, propiciando às crianças e adolescentes acolhimento em ambiente familiar, atendimento individualizado e preservação dos vínculos comunitários, buscando a reintegração familiar da criança ou do adolescente acolhido, ou, em caso de impossibilidade, a sua colocação em família substituta (artigos 19, *caput* e 101, inciso IV c/c §1º, ambos da Lei nº 8.069/90);

**CONSIDERANDO** a Lei nº 12.010/2009 (Lei Nacional da Adoção), que introduziu diversas modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente, preconizando, como política de atendimento infantojuvenil obrigatória a ser implementada pelos Municípios, o estímulo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar, inclusive através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios financeiros (artigo 227, §3º, inciso VI, da Constituição da República; artigos 34, *caput* e 87, VII, ambos da Lei nº 8.069/90);

**CONSIDERANDO** que o Estatuto da Criança e do Adolescente, com as modificações introduzidas pela Lei nº 12.010/2009, estabelece que a inclusão de crianças e adolescentes em programa de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, inclusive em relação às crianças e adolescentes que já estejam disponíveis para adoção (artigos 34, §1º e 50, §11, ambos da Lei nº 8.069/90);

**CONSIDERANDO** que, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, o acolhimento familiar é qualificado como um serviço de proteção social especial de alta complexidade;

**CONSIDERANDO** que, em acréscimo à normatização acima citada, o acolhimento familiar encontra minuciosa disciplina no documento intitulado “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovado pela Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01, de 18 de junho de 2009, que traça as linhas gerais do funcionamento do aludido programa, especificando, entre outros aspectos, o espaço físico e os recursos materiais mínimos necessários para a sua regular implementação, além da composição da equipe técnica que o executará;

**CONSIDERANDO** que o acolhimento familiar tem como objetivo

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Abelardo Luz**

proteger a criança e o adolescente que esteja em situação de risco e que, por algum motivo, precise se afastar do convívio familiar;

**CONSIDERANDO** a existência da Lei Municipal nº 990/2017, do Município de Ouro Verde/SC, que dispõe sobre o Programa Família Acolhedora de crianças e adolescentes;

**CONSIDERANDO** que o Município de Ouro Verde/SC ainda não implantou efetivamente o programa, fazendo-se necessário a adoção de providências imediatas para a sua regularização, uma vez que se trata de medida de proteção essencial à garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos afetos à Infância e Juventude – art. 129, inciso III, da Constituição Federal; arts. 201, inciso V e 223 da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), e art. 82 da Lei Complementar Estadual nº 197/00;

**RESOLVEM** celebrar o presente **Termo de Ajustamento de Conduta**, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública) e artigo 211 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA 1ª:** O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem por objeto regularizar o Programa Institucional "Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora", com a efetivação da sua inscrição no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Ouro Verde/SC;

**CLÁUSULA 2ª:** Os **compromissários** obrigam-se a regularizar, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) dias, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, o programa de acolhimento familiar, devendo observar, no tocante à organização e à execução de tal serviço socioassistencial, o disposto nos artigos 92, §§2º, 4º, 5º, 6º; 94, §1º e 101, *caput*, inciso VIII c/c §1º e §§4º a 9º do mesmo dispositivo legal, todos da Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, além das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e a disciplina contida nos atos normativos que

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Abelardo Luz**

materializam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>1</sup>;

**CLÁUSULA 3ª:** A execução do programa de acolhimento familiar, enquanto serviço de proteção social especial de alta complexidade, deverá ser coordenada e articulada pela Secretaria de Assistência Social, obrigando-se **os compromissários**, no prazo de 150 (cento e cinquenta dias), a estruturar o referido equipamento social, fornecendo os recursos humanos e materiais mínimos necessários para viabilizar a eficiente prestação do serviço;

**Parágrafo Primeiro:** Obrigam-se os **compromissários** a disponibilizarem para o desenvolvimento do programa de acolhimento familiar, a seguinte equipe técnica mínima, composta dos seguintes servidores efetivos: a) um coordenador (que poderá ser um dos membros da equipe interdisciplinar); b) um assistente social e c) um psicólogo:

| Profissional/Função | Escolaridade   | Quantidade  |
|---------------------|----------------|---|
| Coordenador         | Nível Superior | 1 (um) profissional referenciado para até 45 (quarenta e cinco) acolhidos.  |
| Assistente Social   | Nível Superior | 1 (um) profissional para acompanhamento de até 15 (quinze) famílias acolhedoras e atendimento a até 15 (quinze) famílias de origem dos usuários atendidos nesta modalidade. |
| Psicólogo           | Nível Superior | 1 (um) profissional para acompanhamento de até 15 (quinze) famílias acolhedoras e atendimento a até 15 (quinze) famílias de origem dos usuários atendidos nesta modalidade. |

**Parágrafo Segundo:** Obrigam-se os **compromissários**, no prazo do *caput*, a fornecer espaço físico adequado e exclusivo para o desenvolvimento das atividades inerentes ao programa;

**Parágrafo Terceiro:** Obrigam-se os **compromissários** a informar o

<sup>1</sup> Notadamente a disciplina estabelecida pelas NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS, complementadas pelo disposto na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 e na Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01, de 18 de junho de 2009, a qual aprovou o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”.

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Abelardo Luz**

andamento do cumprimento do presente termo, demonstrando quais as medidas vem sendo adotadas, apresentando documentos comprobatórios à 1ª Promotoria de Justiça a cada 60 (sessenta) dias;

**CLÁUSULA 4ª:** Uma vez elaborado o Programa de Atendimento, os **compromissários** obrigam-se, no prazo de 30 (trinta) dias, a inscrevê-lo no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme exigência do artigo 90, §1º, da Lei 8.069/90;

**CLÁUSULA 5ª:** Os **compromissários** obrigam-se a manter atualizado o Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA – junto da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina;

**CLÁUSULA 6ª:** Os **compromissários** assumem a obrigação de promover a capacitação continuada das famílias acolhedoras, por meio de oficinas, seminários e acompanhamentos, que podem ser conduzidos pelos profissionais da equipe do Serviço e por especialistas convidados;

**CLÁUSULA 7ª:** O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas 2ª a 6ª, mesmo que de forma isolada, implicará em multa pecuniária, cumulativa, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento, de responsabilidade pessoal solidária dos compromissários, além da execução judicial das obrigações ora ajustadas;

**Parágrafo Primeiro:** Os valores referentes à multa prevista no *caput* serão revertidos ao FIA – Fundo da Infância e Adolescência, administrado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Verde/SC, nos termos no artigo 214 da Lei nº 8.069/90, sem prejuízo da execução específica das aludidas obrigações;

**Parágrafo Segundo:** O não pagamento da multa implicará ainda em sua cobrança pelo Ministério Público, corrigida monetariamente pelo índice do INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre o montante apurado, capitalizado mensalmente pelo regime de juros simples;

**CLÁUSULA 8ª:** O presente Ajuste de Condutas terá vigência imediata, extinguindo-se com o cumprimento da obrigação de fazer;

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Abelardo Luz**

**CLÁUSULA 9ª:** O **compromitente** se compromete a não adotar nenhuma medida judicial relacionada ao ajustado contra os compromissários, caso venha a ser cumprido integralmente o ora avençado;

Por fim, por estarem compromissados, firmam este TERMO, em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 6º da Lei. n. 7.347/85, que será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e o artigo 26 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Abelardo Luz, 11 de maio de 2018.

**Lia Nara Dalmutt**  
**Promotora de Justiça**

**Município de Ouro Verde**  
**representado por Adecio Valendorf Kosinski**  
**Compromissário**

**Givanildo dos Santos**  
**Secretário de Assistência Social**  
**Compromissário**

**Gilberto Galeski**  
**Assessor Jurídico**  
**OAB/SC 25.328**

Testemunha:

**Camila Recalcatti Piovesan**  
**Assistente de Promotoria**